

JUIZ PROTEGE BOTHAS NA AUDIÇÃO

27/11/87 N

• Interrogatório foi interrompido para evitar pressões públicas ao Ministro

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof Botha, depôs segunda-feira perante a audição que decorre no Supremo Tribunal em Joanesburgo, mas, a dada altura, o Juiz Cecil Margo, que preside à sessão, interrompeu o interrogatório ao Ministro. A presença de Botha fez superlotar a pequena sala onde decorre a audição às causas do despenhamento do avião do Presidente Samora Machel.

O depoimento de Botha destinou-se a justificar a sua presença no local do desastre na manhã do dia 20 de Outubro. Ele declarou estar ali sob instruções do Presidente Pieter Botha, dado o despenhamento envolver um Chefe de Estado estrangeiro.

Ele salientou que um Chefe de Estado estrangeiro não pode submeter-se às leis sul-africanas o que, no desastre, estavam envolvidos aspectos da «inviolabilidade dos Chefes de Estado».

O Ministro negou ter-se sobreposto às autoridades da Aviação Civil sul-africanas, responsáveis, segundo a lei, pela investigação imediata de ocorrências desta natureza.

Botha invocou o facto de o próprio Ministro dos Transportes do seu Governo ter participado nas instruções que lhe foram dadas para se deslocar a Mbuzini com a delegação moçambicana.

Interrogado sobre declarações suas, dias depois do despenhamento, de que havia álcool no sangue de dois membros da tripulação do «Tupolev-134», o Ministro respondeu que nunca afirmara que eles estavam embriagados mas apenas que tinha sido encontrado álcool no sangue e que essa tinha sido a informação que ele recebera dos técnicos.

O advogado Cedric Puckrin perguntou-lhe se, com essa declaração, procurara fazer inferir que os tripulantes estavam embriagados.

— Não, não procurei provocar essa inferência — disse Botha.

O relatório factual afirma que havia uma insignificante quantidade de álcool no sangue de dois tripulantes, provavelmente produzida pela decomposição dos corpos.

Sobre o facto de Botha ter dito que o avião era obsoleto e não estava equipado com um sistema de alarme à aproximação do solo, o Ministro respondeu:

— A minha tarefa era tentar minimizar os danos causados por alegações contra a África do Sul. Não sou um técnico. Esses foram os factos a serem-me transmitidos.

Botha disse que tais dados lhe haviam sido fornecidos por alguém — que não nomeou — do Ministério dos Transportes. Ele disse que pedira

aos peritos factos que fossem considerados incontestáveis, que não pudessem ser mudados.

— Se eles me deram a informação errada, então lamento que tenha sido errada — disse Botha.

O relatório factual assinala que o avião possuía tal sistema de alarme, que tocou nos últimos segundos do voo.

O Ministro justificou-se ainda com o facto de a África do Sul estar sob pressão internacional por causa da morte do Presidente Samora Machel e que tinha mesmo sabido que as Nações Unidas tencionavam destacar um investigador seu, à semelhança do que acontecera quando do desastre em que pereceu o antigo Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld.

Quando o advogado Puckrin sugeriu que poderia continuar a questionar Botha sobre a declaração de que não procurara provocar no público a inferência de que a tripulação estava embriagada, o juiz Margo, interrompeu-o, dizendo:

— Ele já deu uma explicação. Você não vai duvidar do que ele disse, pois não?

— Não vou duvidar de nada que o Ministro tenha dito — respondeu Puckrin.

Fora a segunda vez que Margo interrompera um interrogatório sobre as acções de Botha. Na semana passada, Margo interrompeu um interrogatório a um ajudante de Roelof Botha, quando aquele respondia sobre a presença do Ministro em Mbuzini.

Durante a sessão da manhã de ontem, segunda-feira, Botha respondeu ainda à questão dos documentos encontrados no local, dizendo que se não fosse a Polícia sul-africana não sei onde estariam hoje, esses documentos.

O jornal «Star», de Joanesburgo, publicou ontem, o artigo da AIM, sobre as incisões encontradas nos pescoços de seis das vítimas do despenhamento mas não há ainda indicações que tal matéria tenha sido abordada na audição.

Até ao fim da audição não haverá mais sessões públicas, devendo os advogados apresentar as provas à comissão sul-africana de inquérito.

Não foi ainda feita qualquer alusão à declaração do Governo moçambi-

cano de que os novos factos surgidos em torno da questão do VOR impunham que a investigação prosseguisse.

POR QUE BOTHA FOI AO TRIBUNAL

A presença de Botha no Supremo Tribunal de Joanesburgo, para depor perante a Comissão de Inquérito designada pelo Governo sul-africano, emergiu durante a sessão de sexta-feira, quando depunha o Director-Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Neil Peter Van Heerden.

Interrogado na audição, Van Heerden começou por relatar como o seu Ministério viu os acontecimentos do dia 20 desde que, cerca das cinco e meia da manhã recebera um telefonema de Roelof Botha, dando-lhe instrução para enviar uma informação a Maputo.

Eis algumas passagens das perguntas e respostas:

J. COETZEE — A chegada a Komatipoort, como o vosso avião, o seu Ministro encontrou lá o Senhor Vieira (ex-Ministro da Segurança de Moçambique).

VAN HEERDEN — Sim, a delegação de Moçambique, chefiada pelo então Ministro da Segurança, Coronel Sérgio Vieira, já estava no local juntamente com um número de funcionários portugueses (SIC) — ou antes, funcionários de Moçambique e soldados.

J. C. E os dois ministros iniciaram conversações?

V. H. — O meu ministro cumpriu o que o Ministro Vieira e, naturalmente, apresentou imediatamente as credenciais do Governo sul-africano e foram para o helicóptero do Ministro Vieira.

Van Heerden refere vários aspectos das conversações.

O primeiro ponto de contenção surgiu em torno da questão dos documentos.

J. C. — O que fez o seu Ministro a respeito do pedido (de Sérgio Vieira) para que os documentos e objectos pessoais fossem entregues às autoridades moçambicanas?

V. H. — O meu Ministro consultou

o Comissário da Polícia, General J. Coetzee, que estava com ele, e explicou que o pedido era do Ministro Vieira e depois de discutir o assunto algum tempo, as consequências de anular tal pedido, o Comissário da Polícia indicou que não tinha nenhuma objecção. Que estes documentos estavam a voar pelo local, podiam ser recolhidos e devolvidos à delegação de Moçambique. Acrescentou o Comissário da Polícia, tal como eu entendi, que estes documentos tinham sido fotocopiados para efeito de posterior investigação e portanto os originais podiam ser devolvidos.

Em mais de uma ocasião Roelof Botha declarou que nada havia sido retirado pela Polícia sul-africana. Segundo o Coronel Vieira, Coetzee, por seu turno, declarou-lhe que a parte sul-africana não tinha qualquer interesse nos documentos. Nas declarações de Van Heerden surgia, assim, a contradição.

Van Heerden passou depois a ser interrogado pelo advogado da Comissão, Cedric Puckrin, que abriu assim o interrogatório.

— Acredita que Sua Excelência o Ministro não está a omitir ou requalquer outra maneira indisposto de momento?

V. H. — Não está.

PUCKRIN — Podia talvez ter vindo depor ele próprio?

V. H. — Podia, excepto que a sua presença é requerida na Cidade do Cabo e pediu que eu viesse por ele.

P. — E quanto a segunda-feira? A testemunha respondeu que o Ministro deveria voltar ao Cabo nesse dia.

Outras perguntas foram respondidas por ele, sempre sobre os acontecimentos do dia 20 de Outubro.

Testemunhas anteriores, ligadas à Comissão de Investigação que apresentaram o relatório à Comissão de Inquérito, tinham acordado que não puderam iniciar imediatamente o seu trabalho, de acordo com as leis e convenções internacionais, devido ao «ambiente emocionalmente carregado» que prevalecia no local.

Cedric Puckrin insistiu até levar a testemunha a admitir que, no local, onde estavam representantes do Departamento da Aviação Civil, que é a autoridade em semelhantes circunstâncias, o Ministro Botha era o primeiro entre iguais. Cedric Puckrin replicou: «Dificilmente iguais.»